

Nas fábricas, a negociação

por Ricardo Moraes

O industrial paulista Cláudio Bardella, em seu gabinete que dá vista para as pistas do Jóquei Clube, no final do ano passado voltou a remexer com insistência nas gavetas que guardam documentos sobre as relações entre capital e trabalho. São papéis em vários idiomas, contando das tentativas e dos pactos efetivamente firmados entre sindicatos de empregados e empregadores na Espanha, França, Alemanha e Itália. Mas o que importa mesmo é o que ainda está esboçado em português, anteprojeto resultado de conversas não concluídas com outros empresários, como Paulo Francini, Dilson Funaro e o presidente da Federação das Indústrias de Estado de São Paulo (FIESP), Luiz Eulálio de Bueno Vidigal Filho. Seu texto trata de grandes questões da economia brasileira hoje: das perspectivas de recessão, da inflação e do desemprego. Também do universo das fábricas, dos delegados sindicais e das comissões de representantes dos trabalhadores.

Ele vai servir para iniciar uma conversa, presumivelmente longa, com um punhado dos mais expressivos líderes operários do País, cuidadosamente selecionados entre todas as correntes políticas com alguma influência em suas entidades de classe. Alguns nomes: Arnaldo Gonçalves, dos metalúrgicos de Santos, Jacó Bittar, dos petroleiros de Paulínia, João Paulo Pires Vasconcelos, dos metalúrgicos de João Monlevade, Hugo Perez, das indústrias urbanas de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade, dos metalúrgicos de São Paulo. Trata-se de um diálogo para chegar a um entendimento que garanta a paz social de forma duradoura. Ele já foi tentado e anunciado três ou quatro vezes desde meados de 1979. Avança-se e recua-se no melhor estilo das negociações diretas.

Nada parecido seria possível antes do governo João Figueiredo, o governo da abertura política, da anistia e do fim da censura. Na marcha da abertura ainda houve a intervenção federal nos sindicatos de metalúrgicos do ABC, a prisão de Lula e de seus colegas grevistas. Figueiredo e seus ministros, como Murillo Macedo, do Trabalho, insistiram na necessidade do cumprimento da lei existente, até que ela seja mudada. Assim Lula foi processado e será julgado neste mês de fevereiro, assim formulou-se e modificou-se a política que regula os salários através do Congresso Nacional. Assim será, nos planos do governo, com a esperada mudança da Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT.

“O ano de 1980 foi um ano de refluxo, o movimento sindical esteve tímido, talvez sob a influência da nova política salarial do governo”, admite o próprio Lula, que dirigiu a fracassada greve de 45 dias dos metalúrgicos das grandes montadoras de automóveis do subúrbio paulista do ABC, que no final do ano discutiam suas dificuldades de mercado previstas para 1981. A Volkswagen demitiu 3 mil funcionários e abriu o debate sobre a virtual redução dos níveis de emprego

no rescaldo do desaquecimento econômico. “As perspectivas para 1981 não são risonhas, afigura-nos uma recessão econômica, e esta traz um fantasma, o desemprego e o subemprego somados ainda às nefastas modificações que estão sendo introduzidas pelo governo”, prevê o moderado dirigente dos metalúrgicos de São Paulo, Joaquim dos Santos Andrade.

Realmente 1980 foi um ano em que o governo pôde respirar depois da efervescência inaugurada com as greves de maio de 1978 e que prosseguiu por quase todo o ano seguinte. Valeu a habilidade dos estrategistas do Planalto. Com a introdução dos reajustes semestrais e beneficiando as camadas

mais próximas ao salário mínimo, o governo fez diminuir as greves e esvaziou as assembleias dos sindicatos de trabalhadores. Fazendo suas contas, cada operário preferiu não arriscar seu emprego e aguardou a publicação dos índices oficiais do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). Numa segunda investida, o governo trouxe o descontentamento para os assalariados situados acima dos vinte salários mínimos, limitando seus ganhos, que ficaram abaixo da inflação. Quem tiver força negociará individualmente com as empresas.

Engenheiros, executivos e mesmo operários altamente especializados iniciam um difícil trabalho de articulação para reverter essa situação. Procuram os sindicatos. “A nova lei salarial conseguirá atrair para o movimento operário o pessoal que ganha mais, geralmente detentores de mais informação do que acontece na cúpula das empresas, melhorando substancialmente a qualidade das futuras negociações”, acredita o secretário geral da Federação dos Trabalhadores na Indústria Química do Estado de São Paulo, Augusto Lopes. Empregados e empregadores químicos, aliás, inauguraram o ano de 1981 com um início de acordo para evitar demissões no setor. Os sindicatos de trabalhadores em geral deverão discutir com seus patrões pactos semelhantes em torno do emprego que sejam incluídos nos acordos coletivos de trabalho. Certamente haverá um preço a pagar, menor será o poder de barganha no item aumento de salários.

Nesse quadro, em que o governo tomou iniciativas e ganhou muitos espaços, é possível afirmar que explosões sociais não devem ocorrer. Mas seria ingênuo supor que o movimento sindical operário não buscará articular-se para deter o desemprego, a inflação e a ameaça de recessão econômica. Novos instrumentos foram criados, como o sistema de representação de empregados da Volkswagen, e ainda devem ser, como a Conclat — Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, marcada para acontecer em 1981. Novas pressões serão desencadeadas, ainda que lentamente, como as que se foram acumulando desde 1974 e desgarraram nas greves de 1978 e 1979. Sob o signo da abertura política, porém, deve-se negociar, como pretendem o governo e empresários como Bardella e Vidigal.